



Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

Relatório da Administração

Prezados Acionistas, Em cumprimento às disposições legais vigentes, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, que divulgamos por meio do presente relatório, contendo as notas explicativas as demonstrações financeiras, relatório dos auditores independentes e relatório dos auditores atuários independentes. A Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A., (Coface) é uma seguradora de origem francesa e faz parte do grupo Coface, especializada em seguro de crédito. Com uma atuação focada nos diversos setores da economia, presença nas principais regiões brasileiras e busca pela melhoria contínua dos serviços prestados aos nossos clientes e parceiros de negócios, continuaremos nosso objetivo de disseminar a cultura de seguro de crédito no país como a mais relevante ferramenta de gestão de risco para as empresas e confirmar a nossa liderança no mercado local. Visando nos adequarmos à nova

realidade da economia, temos focado na revisão de exposição de limites de crédito concedidos aos compradores de nossos clientes, principalmente nos setores mais afetados pela crise. Desempenho Operacional - a Coface registrou prêmios emitidos brutos de R\$ 272.608 mil e prêmios ganhos de R\$ 220.358 mil, sendo 34% acima do ano de 2021, o resultado financeiro foi de R\$ 26.204 mil, e as reservas totais brutas somam R\$ 462.713 mil já considerando provisão para o comprador Americanas S.A. O Lucro Líquido foi de R\$ 49.949 mil e a seguradora contabilizou após o cálculo da reserva legal, dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 11.863 mil e destinou o valor remanescente a reservas estatutárias. Declaração de capacidade financeira em atenção à Circular nº 648, de 12 de novembro de 2021, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, a avaliação e registro contábil de títulos e valores mobiliários estão sendo associados à análise e ao gerenciamento dos vencimentos dos ativos e passivos relacionados às atividades de seguro. Em relação aos indicadores de solvência, a Seguradora segue sólida em todos os seus indicadores, fortalecida pelo seu nível de

ativos e programa de resseguro, demonstrando sua capacidade de continuar operando mesmo diante do cenário mais pessimista devido a pandemia ou pós pandemia cujas incertezas ainda persistem. Evento Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial: A Seguradora tem contratos de seguros com segurados com exposição ao risco das Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial e efetuou as provisões cabíveis na data-base de 31 de dezembro de 2022, com resultado bruto de R\$ 178.084 mil e resultado líquido de resseguro de R\$ 550 mil para o exercício findo nessa data. Agradecimentos: A Administração aproveita para manifestar seus agradecimentos aos clientes pela confiança em nosso trabalho, aos parceiros (corretores, bancos e outros), aos fornecedores e, em especial, aos nossos colaboradores, que tanto contribuíram para o sucesso da Coface do Brasil. Da mesma forma, agradecemos o apoio da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. São Paulo, 17 de fevereiro de 2023

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais - R\$)

ATIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		685.791	446.919
Disponível		11.325	8.034
Caixa e bancos		11.325	8.034
Aplicações	5	154.917	194.046
Créditos das operações com seguros e resseguros		208.358	186.658
Prêmios a receber	6	191.405	148.340
Operações com resseguradoras	7	16.953	38.318
Outros créditos operacionais		—	62
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	281.196	32.573
Títulos e créditos a receber		15.227	13.808
Títulos e créditos a receber		429	1.774
Créditos tributários e previdenciários	9	12.974	8.601
Outros créditos	8	1.824	3.433
Despesas antecipadas		6	195
Custos de aquisição diferidos		14.762	11.543
Seguros	13c	14.762	11.543
ATIVO NÃO CIRCULANTE		100.736	51.005
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		93.825	45.164
Aplicações	5	76.660	30.247
Créditos das operações com seguros e resseguros	6	10.014	8.358
Prêmios a receber		10.014	8.358
Ativos de resseguro - provisões técnicas	7	727	595
Títulos e créditos a receber		4.070	3.716
Créditos tributários e previdenciários	9	3.255	2.971
Depósitos judiciais e fiscais	15	815	745
Outros valores e bens		799	1.094
Empréstimos e depósitos compulsórios		86	—
Custos de aquisição diferidos		1.469	1.154
Seguros	13c	1.469	1.154
Investimentos		22	246
Participações societárias		—	224
Outros investimentos		22	22
Imobilizado		1.697	1.881
Bens móveis		1.697	1.881
Intangível		5.192	3.714
Outros intangíveis		5.192	3.714
TOTAL DO ATIVO		786.527	497.924

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

PASSIVO	Nota	2022	2021
CIRCULANTE		649.224	396.631
Contas a pagar		103.811	94.311
Obrigações a pagar	10	15.385	9.046
Impostos e encargos sociais a recolher		6.810	3.379
Encargos trabalhistas		1.755	1.601
Impostos e contribuições	12	34.720	19.419
Outras contas a pagar	10	45.141	60.866
Débitos de operações com seguros e resseguros		89.440	143.751
Prêmios a restituir		52	53
Operações com resseguradoras	7	62.290	120.753
Corretores de seguros e resseguros		22.206	16.713
Outros débitos operacionais	7	4.892	6.232
Depósitos de terceiros	11	4.233	4.107
Provisões técnicas - seguros		451.740	154.120
Danos	13a	451.740	154.120
Débitos diversos		—	342
Débitos diversos		—	342
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		15.643	12.487
Débitos das operações com seguros e resseguros		1.354	1.184
Corretores de seguros e resseguros		1.354	1.184
Provisões técnicas - seguros		10.973	8.472
Danos	13a	10.973	8.472
Outros débitos		2.566	2.044
Provisões judiciais	14	2.566	2.044
Débitos diversos		750	787
Débitos diversos	3.11	750	787
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		16	88.806
Capital social	16a	48.957	48.957
Reservas de lucros	16b	73.428	40.103
Ajuste de avaliação patrimonial	16d	(725)	(254)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		786.527	497.924

Demonstrações de Resultados Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro/prejuízo por lote de mil ações)

	Nota	2022	2021
Prêmios emitidos	18a	272.608	196.496
Variação das provisões técnicas de prêmios		(52.250)	(31.776)
Prêmios ganhos		220.358	164.720
Sinistros ocorridos	18b	(284.482)	4.885
Custos de aquisição	18c	(29.849)	(20.558)
Outras receitas (despesas) operacionais	18d	773	(24)
Resultado com resseguro	7a	218.608	(56.988)
Receita (despesa) com resseguro	7a	261.360	(6.195)
Despesa com resseguro	7a	(42.752)	(50.793)
Despesas administrativas	18e	(50.948)	(47.768)
Despesas com tributos	18f	(16.505)	(6.323)
Resultado financeiro	18g	26.204	6.423
Resultado operacional		84.159	44.367
Ganhos com ativos não correntes		121	67
Resultado antes dos impostos e participações		84.280	44.434
Imposto de renda	19	(20.884)	(11.443)
Contribuição social	19	(12.942)	(8.072)
Participações sobre o lucro		(505)	(472)
Lucro líquido do exercício		49.949	24.447
Quantidade de ações		20.537.185	20.537.185
Lucro por lote de mil ações (R\$)		2.432,12	1.190,38

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações de Resultados Abrangentes Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais - R\$)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	49.949	24.447
Outros resultados abrangentes	(471)	(886)
Valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda	(785)	(1.477)
Efeitos tributários sobre resultados abrangentes	314	591
Resultados abrangentes	49.478	23.561

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais - R\$)

	2022	2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	49.949	24.447
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	637	632
Constituição/(reversão) de perdas por redução do valor recuperável dos ativos	(745)	39
Variação cambial operacional	(3.137)	2.362
Outros ajustes	196	—
Ganho ou perda na alienação de imobilizado e intangível	121	—
Variação nas contas patrimoniais:	(18.493)	(18.687)
Ativos financeiros - aplicações	(7.755)	(75.336)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(22.971)	(41.721)
Ativos de resseguro	(245.987)	21.097
Créditos fiscais e previdenciários	(4.657)	(6.353)
Custos de aquisição diferidos	(1.392)	(1.994)
Depósitos judiciais, fiscais e compulsórios	(156)	(52)
Despesas antecipadas	189	15
Outros ativos	3.311	(3.335)
Impostos e contribuições	27.757	25.268
Outras contas a pagar	(15.478)	32.585
Débitos de operações com seguros e resseguros	(55.062)	24.373
Depósitos de terceiros	126	1.300
Provisões técnicas - seguros e resseguros	299.629	3.603
Provisões judiciais	522	1.462
Outros passivos	3.431	401
Caixa gerado/(consumido) pelas operações	28.528	8.793
Imposto sobre lucro pagos	(12.456)	(7.423)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	16.072	1.370
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(189)	(929)
Aquisição de intangível	(2.059)	(1.290)
Alienação de investimentos	224	—
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(2.024)	(2.219)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de dividendos - pagos	(10.757)	—
Caixa líquido nas atividades de financiamento	(10.757)	—
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	3.291	(849)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	8.034	8.883
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	11.325	8.034

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	Reservas de lucros			Ajuste TVM	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Capital social	Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2020							
Títulos e valores mobiliários	5 e 16d	48.957	3.745	17.717	632	—	71.051
Lucro líquido do exercício		—	—	—	(886)	—	(886)
Distribuição do resultado:							
Reserva legal	16b	—	1.222	—	—	(1.222)	—
Reserva estatutária	16b	—	—	17.419	—	(17.419)	—
Dividendos mínimos obrigatório - R\$ 0,04 por ação	16c	—	—	—	—	(5.806)	(5.806)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		48.957	4.967	35.136	(254)	—	88.806
Complemento de dividendos propostos AGE 31/03/21		—	—	(567)	—	—	(567)
Complemento de dividendos propostos AGE 31/03/22		—	—	(4.194)	—	—	(4.194)
Títulos e valores mobiliários	5 e 16d	—	—	—	(471)	—	(471)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	49.949	49.949
Distribuição do resultado:							
Reserva legal	16b	—	2.497	—	—	(2.497)	—
Reserva estatutária	16b	—	—	35.589	—	(35.589)	—
Dividendos mínimos obrigatório - R\$ 1,19 por ação	16c	—	—	—	—	(11.863)	(11.863)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		48.957	7.464	65.964	(725)	—	121.660

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Seguradora" ou "Coface do Brasil"), situada na Praça João Duran Alonso, 34, 10º andar - São Paulo, é controlada pelo grupo francês "Compagnie Francaise d'Assurances pour le Commerce Extérieur" ("COFACE FRANÇA") cujo controladores em última instância são os "Banques Populaires e Caisse d'Epargne". A Seguradora, constituída em 5 de abril de 2005, foi autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP em junho do mesmo ano, e tem por objeto social atualmente a exploração do seguro de crédito em todo o território nacional. A Seguradora é controlada diretamente pela Cofinpar S/A ("COFINPAR") e adicionalmente pela COFACE FRANÇA.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendados pela SUSEP. Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores e preparadas segundo a premissa de continuidade dos negócios da Seguradora. A autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Administração em 17 de fevereiro de 2023.

2.1. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda.

2.2. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares reais (R\$(000)), que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora, exceto, quando indicado.

2.3. Ativos e passivos em moeda estrangeira: Parte das disponibilidades e das aplicações financeiras é mantida em moeda estrangeira, conforme autorizada pela Resolução CMN nº 4.993/22 e alterações posteriores do Banco Central do Brasil. Os valores em moeda estrangeira, representados também por ativos e passivos decorrentes das transações usuais da Seguradora, foram convertidos para reais com base na taxa de câmbio vigente na data de liquidação das transações ou na data das demonstrações financeiras, quando pendentes de liquidação.

Nesse caso os ativos e passivos são convertidos pela cotação do dólar comercial, divulgado pelo Banco Central do Brasil. Os resultados de variação cambial, positivos ou negativos, são registrados em conta de resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos: Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Seguradora e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; e (ii) as informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil: Nota explicativa nº 3.9 - Classificação dos contratos de seguros. Nota explicativa nº 5 - Aplicações (instrumentos financeiros). Nota explicativa nº 6 - Créditos das operações com seguros e resseguros. Nota explicativa nº 9 - Créditos tributários e previdenciários. Notas explicativas nº 3.5 e nº 13 - Provisões técnicas. Nota explicativa nº 14 - Provisões judiciais.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Caixas e bancos: Caixa e bancos incluem saldos em moeda nacional e estrangeira disponíveis em contas correntes mantidas em instituições financeiras.

3.2. Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: **Valor justo por meio de resultado** - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda de acordo com a sua gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado da Seguradora. **Mantidos até o vencimento** - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados inicialmente pelo valor justo, acrescidos dos custos de

transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Disponíveis para venda** - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

do percentual histórico de despesas avisadas na regulação dos sinistros em relação aos sinistros avisados dos últimos 102 meses. A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para garantir os valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnico na operacionalização dos contratos de seguro, conforme previsão contratual na apólice. A estimativa leva em consideração a apuração do resultado técnico de cada apólice baseada na estimativa do percentual de pagamento do excedente sobre o prêmio emitido da carteira levando em consideração a experiência histórica desde janeiro de 2015. **3.5. Teste de adequação dos passivos:** Conforme requerido pelo CPC 11 e pela Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, a Seguradora elaborou o teste de adequação dos passivos (TAP) para todos os contratos em curso na data de execução do teste com o objetivo de avaliar na data-base das demonstrações financeiras, as obrigações decorrentes dos contratos de seguros. O teste de adequação de passivos levou em consideração todos os riscos assumidos até a data-base do teste, sendo brutos de resseguro. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor presente das estimativas dos fluxos de caixa das obrigações futuras que venham a surgir no cumprimento das obrigações dos contratos de seguro e a soma contábil das provisões técnicas, na data-base, deduzida dos ativos intangíveis e dos custos de aquisição diferidos diretamente relacionados aos contratos de seguros. As estimativas correntes dos fluxos de caixa foram trazidas a valor presente com base na estrutura a termo das taxas de juros (ETTJ) livre de risco divulgada pela SUSEP, utilizando o indexador de taxa pré-fixada e o cupom IPCA. A taxa de juros a termo pré-fixada foi obtida a partir de metodologia elaborada pela SUSEP e curva de juros do cupom IPCA foi obtida a partir dos parâmetros informados pela ANBIMA para 31 de dezembro de 2022. O fluxo de despesas administrativas/operacionais foi trazido a valor presente utilizando o cupom IPCA, dado que os componentes das despesas administrativas, como salários, aluguel e outros seguem os níveis da inflação cujo índice oficial é o IPCA. Os demais fluxos por serem nominais foram trazidos a valor presente pela taxa a termo pré-fixada. Na projeção dos fluxos de caixa foram considerados os prêmios, os sinistros ocorridos e ainda não pagos, os sinistros a ocorrer, despesas administrativas, e as despesas relacionadas à liquidação dos sinistros. Para este teste, os contratos são agrupados em uma base com características de risco similares. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo a sinistros ocorridos, já refletido pela expectativa de despesas alocáveis a sinistros e ressarcimentos, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos que inclui a provisão dos sinistros a liquidar (PSL), os sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e a provisão das despesas relacionadas (PDR). O valor presente esperado do fluxo relativo a sinistro a ocorrer, relativo a apólices vigentes, acrescido das despesas administrativas e outras despesas e impostos foi comparado à soma das provisões técnicas - PPNG e PPNG-RVNE líquidas da DAC. O resultado do Teste de Adequação de Passivos em 31 de dezembro de 2022 e em 2021 não indicou a necessidade de ajuste nas provisões técnicas de seguros, não sendo necessário o registro da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) adicional aos passivos de seguro já registrados nestas datas-bases. Embora o resultado do TAP seja negativo, e o normativo não exija os cálculos relacionados aos ativos de resseguro quando não há apuração de PCC, foi também efetuado o cálculo do TAP para os ativos de resseguro, de forma análoga aos procedimentos aplicáveis às provisões técnicas e mantendo a mesma premissa de sinistralidade, de forma a obtermos o fluxo realista de PPNG, referente ao ativo de resseguro. **3.6. Benefícios a empregados:** Os benefícios a empregados incluem os benefícios de curto prazo, tais como ordenados e salários, licença remunerada por doença, participação nos lucros, gratificações e benefícios não monetários (seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação e treinamento profissional) os quais, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que não incorridos. A Seguradora não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. A Seguradora é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade de contribuição definida - Plano gerador de benefícios livres (PGBL). As contribuições aportadas ao plano somaram R\$390 (R\$302 em 31 de dezembro de 2021). As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Seguradora, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional. **3.7. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$240, e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a 15% até julho de 2022 e a partir desta data a 16% retornando a alíquota anterior a partir de janeiro de 2023. A despesa com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do período calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferida são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias sobre a alíquota prevista de realização deste crédito. O imposto diferido ativo é reconhecido quando é provável a geração de lucros futuros sujeitos à tributação, os quais este imposto diferido ativo possa ser utilizado e esteja disponível. **3.8. Provisões judiciais:** São constituídas pelo valor estimado dos pagamentos a serem realizados em relação às ações judiciais em curso, cuja probabilidade de perda é considerada provável ou no caso de serem consideradas obrigações legais. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Seguradora em caráter definitivo. **3.9. Classificação dos contratos de seguros:** Os contratos emitidos são classificados como contratos de seguro quando esses contratos transferem risco significativo de seguro pelo qual aceita um risco de seguro significativo de outra parte (segurado), aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo adversamente. Nos termos do CPC 11, os contratos emitidos pela Seguradora atendem todas as características de um contrato de seguro visto que prevê indenizações específicas para reembolsar o detentor por uma perda em razão do devedor específico do segurado não efetuar o pagamento. Os contratos de resseguro também são classificados como contratos de seguros segundo os princípios de transferência de risco de seguro descritos no CPC 11. **3.10. Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e custos de aquisição (comercialização) são registrados quando da emissão da apólice e reconhecidos no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição da PPNG e do diferimento dos custos de aquisição. Os prêmios de seguros e os correspondentes custos de aquisição (comercialização) cujo período de cobertura do risco já foi iniciado, mas cujas apólices ainda não foram emitidas (riscos vigentes e não emitidos - RVNE), são reconhecidos com base em estimativas baseadas em cálculos atuariais que levam em conta a experiência histórica da Seguradora. **3.11. Arrendamento Mercantil:** A Seguradora avalia no início de cada contrato a existência de operações que transmitam o direito de controlar o uso de um ativo identificado, em um intervalo temporal, em troca de contraprestações, classificando-as como "arrendamento". A Seguradora atua como "arrendatária" nos contratos vigentes, aplicando uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para os arrendamentos existentes, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de valor imaterial. Os contratos contabilizados envolvem duas principais contas: i) Outros Valores e Bens que representam o direito de uso dos bens pelo intervalo temporal apurado; e ii) Débitos Diversos que é utilizado para reconhecer a dívida e registrar os pagamentos dos arrendamentos.

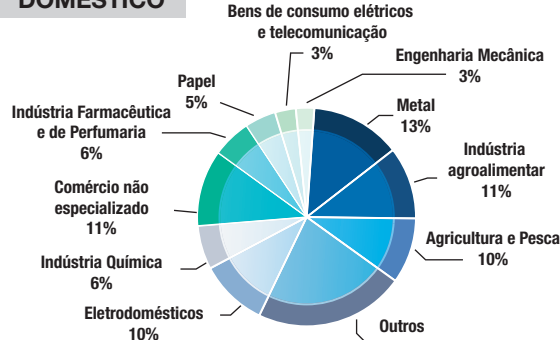
4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • Risco de subscrição de seguro. • Risco de crédito. • Risco de liquidez. • Risco de mercado. • Risco de capital. • Risco operacional. • Risco legal e de "compliance". **4.1. Estrutura de gerenciamento de riscos:** Em termos gerais, o sistema de gerenciamento de riscos engloba o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o seu desempenho, proteger seus "stakeholders", incluindo seus acionistas, investidores, clientes, fornecedores e outros, bem como facilitar o acesso ao capital, agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à ética, transparência e prestação de contas. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. A estrutura de gerenciamento de riscos é adaptada ao porte dos negócios e, é conduzida no dia a dia pelos membros da Diretoria, pelas áreas compartilhadas das empresas do grupo de Risco e Compliance e dos especialistas responsáveis por essas áreas da Seguradora do grupo e demais colaboradores envolvidos, que atuam no sentido de identificar em toda a organização eventos de risco potencial que são capazes de afetar os objetivos estratégicos da Seguradora, possibilitando que a Administração os conheça de modo a mantê-los compatíveis com o apetite ao risco determinado pela Seguradora. Para o gerenciamento dos seus

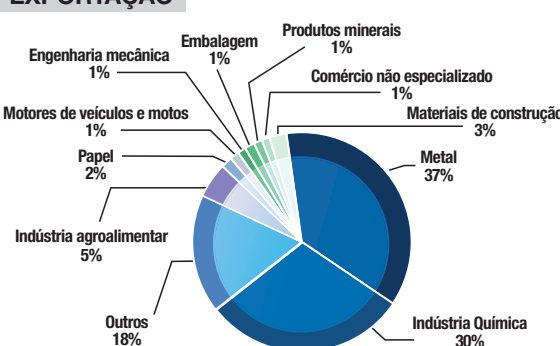
riscos a Seguradora conta com a estrutura de governança corporativa, descrita a seguir, além de mantermos um programa de controles internos, o qual está detalhado na nota explicativa relativa ao risco operacional. **a) Conselho de administração:** Reúne-se, no mínimo, bimestralmente e, representa os interesses dos acionistas, tendo por atribuição fornecer orientação geral dos negócios, bem como suas diretrizes e objetivos básicos, aprovar as demonstrações financeiras; fiscalizar a gestão da Diretoria, entre outras atividades. **b) Reuniões da diretoria:** A Seguradora mantém um "fórum" para discussão e deliberação de assuntos estratégicos, tendo por objetivo primordial cumprir e fazer cumprir as decisões da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Estatuto Social, por meio da gestão dos negócios, administração do patrimônio e execução de todos os atos necessários ao seu funcionamento. Reúne-se mensalmente ou sempre que houver assuntos relevantes a serem discutidos. Adicionalmente aprova Políticas e Normas Internas. **c) "Management committee" (Comitê de gestão):** Reúne-se mensalmente ou sempre que houver assuntos relevantes a serem discutidos e tem por objetivo dividir e discutir assuntos de interesse das diversas áreas da Seguradora, em um nível executivo, e de tomar decisões em conjunto. Pode aprovar políticas, normas, ferramentas, estudos ou outros trabalhos demandados pelo comitê e de interesse da Seguradora. **d) Auditoria interna:** Atividade independente e objetiva, executada por empresa terceirizada e concebida para adicionar valor e melhorar as operações da organização, nos ajudando a atingir os objetivos por meio de uma abordagem sistemática e disciplinada, para avaliar e melhorar a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança. Reporta-se diretamente ao Conselho de Administração. **e) Comitê de provisões:** Reúne-se trimestralmente e participam deste comitê as áreas como: Sinistros, Controladoria, Cobrança, Subscrição e membros da Diretoria. São discutidos nesse fórum os níveis de sinistralidade, reservas técnicas e taxas de recuperação da Seguradora, definindo, quando necessário, os planos de ação a fim de melhorar os índices da Seguradora. **f) Comitê de turnover (contratos):** Reúne-se trimestralmente e participam os especialistas das áreas Técnica, Comercial, Risco de Subscrição e membros da Diretoria. O objetivo deste comitê é verificar os contratos em processo de fechamento, tanto os novos negócios como as renovações, e as apólices canceladas, a fim de verificar o impacto na receita da Seguradora. **g) Comitê de controles internos:** O comitê de Controles Internos, formado pela diretoria/presidência, gestor jurídico, responsável por compliance e gestor de riscos, pode ser convocado sempre que necessário (porém é realizado com uma periodicidade mínima de quatro vezes ao ano) para deliberar sobre assuntos específicos da área que não tenham sido analisadas em uma reunião de diretoria. **4.2. Gestão de risco de seguros:** O seguro de crédito é uma modalidade de seguro que tem por objetivo indenizar o segurado (credor) pelas perdas líquidas definitivas que o mesmo venha a sofrer em consequência da inadimplência dos créditos concedidos a seus compradores, desde que decorrentes exclusivamente dos riscos indicados e definidos no contrato de seguro. São asseguradas somente às pessoas jurídicas, que comercializam seus produtos para outras pessoas jurídicas. É definido como risco de seguro o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra. Dentro do risco de seguro de crédito, destaca-se o risco de subscrição, que é a possibilidade de haver perdas decorrentes de falhas na análise e na aceitação, exame e aprovação do objeto segurável, no caso da Coface Seguros, os "recebíveis" dos segurados. Outros riscos também podem afetar os objetivos e resultados da Seguradora, que são: • Risco de aprovação de coberturas que impliquem em aumento do risco da apólice de seguro de crédito. • Risco de subscrição inapropriada dos limites de crédito dos compradores. • Risco de elaboração de políticas de resseguro ou técnicas de transferência de riscos inadequadas. • Risco de efetuar provisões técnicas insuficientes, tecnicamente mal dimensionadas. **a) Mitigadores do risco de aceitação do seguro:** A apólice é estruturada a partir de uma análise da carteira de clientes do segurado, onde são verificados os limites de crédito que podem ser concedidos de acordo com o perfil individual da Empresa (comprador). Os limites concedidos são constantemente monitorados pela nossa área de riscos. Antes da emissão, também são avaliadas as condições de cobertura de cada apólice considerando-se os principais aspectos: a perda histórica do Segurado, a expectativa de sinistros, o risco do País, o setor de atividade, entre outros parâmetros. O produto oferecido pela Seguradora inclui não apenas cobertura por perdas incorridas, como também serviço de cobrança para prevenção e diminuição de perdas e assistência no desenvolvimento de uma base de clientes rentáveis. Um dos elementos-chave da política de subscrição é a participação do segurado no risco coberto pela Apólice, sendo o objetivo primordial do seguro de crédito evitar prejuízos na medida do possível, buscando o interesse comum do segurado e da Seguradora. Este parâmetro visa manter o interesse do segurado na adequada seleção de seus riscos, assim como no resultado das ações judiciais e extrajudiciais. Os prêmios das apólices são fixados baseados num balanceamento entre a experiência de perdas reais do segurado e a estatística de perdas para o perfil de uma população de segurados com características semelhantes. As taxas de prêmios são calculadas a partir da mensuração mais individual e fidedigna possível da expectativa de sinistros para o período de cobertura da apólice. A apólice, desenhada em formato de módulos, permite uma melhor mensuração de determinada cobertura em razão dos riscos apurados estatística e historicamente para determinados segmentos ou linha de negócios. Os prêmios são revisados com base na experiência de perdas reais do contrato e na ponderação pelo risco gerado na época da renovação. A subscrição comercial ou tarifação da Coface Seguros está baseada nos mesmos critérios utilizados pelo grupo COFACE, controladora da Seguradora, que detém longa experiência mundial nesta modalidade de seguros, sendo os critérios por ela utilizados, amplamente testados ao longo dos seus mais de 70 anos de existência de sua controladora, o que resulta em consagrada aceitação de seus critérios de subscrição pelos principais resseguradores mundiais. A experiência do Grupo COFACE, por meio de sua base estatística e modelos atuariais, que representados por meio de ferramenta corporativa, são utilizados pela Seguradora na definição da taxa indicativa da perda estatística esperada por setor de atividade e País. Os modelos de subscrição encontram-se devidamente aprovados e registrados junto ao órgão regulador - SUSEP e são consistentes com os produtos e estruturas de coberturas oferecidas ao mercado, de forma a atender as necessidades específicas de cada segurado e de realizar o estudo dos custos e receitas, visando retorno aos acionistas. Os procedimentos de recuperação começam imediatamente após o aviso de inadimplência, visando à gestão da cobrança pela Seguradora. Para cobrança internacional é utilizada a rede de cobrança, composta por correspondentes internos do grupo COFACE em diversos países, como também as agências de cobrança internacional e rede de advogados especializados em cobrança judicial. Adicionalmente, a Seguradora mantém um portfólio de clientes com uma carteira pulverizada e diversificada, de forma a minimizar o risco de um impacto significativo em seu índice de sinistralidade que pode ser causado pela inadimplência de um determinado devedor, uma desaceleração em qualquer indústria em particular ou um evento adverso de crédito em um dos países com os quais trabalha. Além disso, as apólices de seguro contêm cláusulas permitindo que limites de crédito venham a ser reduzidos durante a vigência do contrato. Conseqüentemente, os riscos dos devedores podem ser extintos ou reduzidos de forma relativamente rápida em caso de deterioração da solvência do devedor. **b) Mitigadores do risco de subscrição:** Os "Underwriters" da Seguradora analisam individualmente o risco de cada um dos compradores apresentados pelo segurado e estabelecem um nível de exposição máxima para ele. O portfólio de seguro de crédito consiste basicamente de riscos de curto prazo, cuja duração máxima do crédito raramente excede os 180 dias. A Seguradora tem em todos os momentos a opção de reduzir ou cancelar limites de crédito para novas vendas a um determinado comprador, caso se verifique deterioração na respectiva saúde financeira. A Seguradora possui um sistema eletrônico de armazenamento e gerenciamento de dados de risco chamado Atlas, utilizado por todas as unidades do grupo COFACE no mundo. A utilização de tal sistema garante a Seguradora grande vantagem no sentido de gerenciamento de risco de crédito global, proporcionando a oportunidade de verificar o comportamento de uma determinada empresa e/ou se suas controladoras e subsidiárias em todo o mundo, resultando numa gestão de riscos de subscrição mais efetiva. Após um período de formação, que inclui um treinamento in loco com os especialistas globais da Seguradora no México, é concedida a cada "Underwriter" da Seguradora uma alçada de aprovação pessoal e intertransferível. As decisões acima desses limites individuais são apreciadas por dois "Underwriters" em conjunto ou até mesmo pelo Comitê Global de "Underwriting", realizado na matriz, dependendo dos valores envolvidos. Para as tomadas de decisão de crédito analisa-se não somente as empresas para as quais foram solicitados limites de crédito, mas toda ramificação de suas controladoras e subsidiárias. Para cada um dos riscos segurados da carteira são concedidos pontos que avaliam o nível de sua saúde financeira, medem a qualidade do risco e a probabilidade de insolvência, consistindo no rating do comprador. As análises de crédito baseiam-se em informações como: financeiras, comerciais, setor de atividade, bancárias e o país no qual o comprador é domiciliado. **c) Mitigadores do risco de resseguro:** O principal risco assumido pela Seguradora é o de que a frequência e severidade dos sinistros aos segurados sejam maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. Como forma de diluir e homogeneizar a responsabilidade na aceitação dos riscos subscritos, a Seguradora mantém contratos de resseguro, os quais são renovados, no mínimo, anualmente. Os contratos de resseguro firmados consideram condições não proporcionais, de forma a reduzir e proteger a exposição dos riscos isolados e dos riscos de natureza catastrófica, além das colocações de riscos facultativos para gerenciamento de risco de severidade. A Seguradora no período de 2017 até 2020 operou o resseguro junto a Munich Re que detém o rating AA emitido pela Fitch Ratings em junho de 2022. E a partir 2021 o resseguro passou a ser realizado com Austral Resseguros com rating brAAA emitido pela S&P em dezembro de 2021 e a partir do exercício de 2022, também passou a operar o resseguro em conjunto com a Coface Re com rating AA- emitido pela Fitch Ratings em novembro de 2022. Temos também relacionamento operacional com o IRB-Ratios Re, classificado como risco A- (agosto/2022) pela A.M. Best Co. **d) Mitigadores do risco de provisões**

técnicas insuficientes: Por fim, como forma de mitigar o risco de constituir provisões insuficientes, é realizada anualmente teste de consistência conforme determinação da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores que possibilita averiguar a adequação do montante contábil registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pelos órgãos reguladores do mercado segurador brasileiro. Adicionalmente, tem-se o teste de adequação de passivos, efetuado a cada data de balanço de acordo com as determinações da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores que determina se há necessidade de constituição adicional de provisões em relação aos passivos de seguro já registrado na data base. **4.2.1. Exposição dos limites de crédito:** As exposições dos limites de crédito aprovados pela Seguradora aos compradores dos segurados são analisadas a fim de monitorar a concentração dos riscos nos segmentos de atuação dos segurados. O gráfico abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio baseado no valor de importância segura bruta de resseguro na data-base de 31 de dezembro de 2022.

DOMÉSTICO



EXPORTAÇÃO



Sensibilidade do risco de seguro

É efetuado para demonstrar os impactos que podem ser gerados sobre o resultado e patrimônio líquido, no caso de alterações de premissas ou variáveis nos contratos vigentes na Seguradora. Testes de sensibilidade utilizam-se de projeções e variáveis, que apesar de serem baseadas em experiências passadas, possuem limitações nos resultados obtidos. O teste realizado levou em consideração a variação, nos sinistros retidos no exercício para mais em 30 pontos percentuais, demonstrando o impacto no resultado e patrimônio líquido da Seguradora.

Ano	Varição de sinistros retidos (líquidos de resseguro)	Varição líquida de impostos
Em 31 de dezembro de 2022	(8.999)	(5.309)
Em 31 de dezembro de 2021	(1.824)	(1.003)

4.3. Gestão de risco de seguros: A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade da Seguradora gerar, por meio do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio. Localmente a Seguradora adota a política corporativa do grupo COFACE para a gestão de caixa e investimentos. A política mencionada define as regras de investimentos, composição das carteiras por ativo, limites para cada carteira, legislação e descrição dos produtos dentre outros aspectos. Sendo assim, para mitigação dos riscos financeiros significativos, são elaboradas análises diárias de fluxo de caixa considerando as disponibilidades e obrigações de curto prazo bem como o portfólio de ativos financeiros. De acordo com as políticas corporativas do grupo COFACE, às quais a Seguradora está submetida, o perfil de investimentos se limita a opções de baixo e baixíssimo risco. Além disso, são efetuados acompanhamentos mensais dos índices de liquidez definidos pela SUSEP tais como: Margem de Solvência, Suficiência de Capital, Ativos Financeiros x Provisões Técnicas.

A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros		
Caixa e bancos	11.325	8.034
Aplicações (i)	19.592	224.293
Prêmios a receber (ii)	8.074	156.698
Operações com resseguradoras	16.953	38.318
Outras créditos operacionais	62	62
Ativos de resseguros - provisões técnicas (ii)	281.196	33.168
Créditos tributários e previdenciários	12.974	11.572
Depósitos judiciais, fiscais e compulsórios	901	745
Outros valores e bens	799	1.094
Total	30.917	473.984

(i) Fundo de investimentos financeiro alocado "sem vencimento".

(ii) Os prêmios relativos a riscos vigentes e não emitidos, no montante de R\$102.922, R\$72.872 em 2021) foram alocados integralmente na faixa a vencer em até 1 ano em prêmios a receber assim como os valores relativo a PSL, IBNER, IBNR, PDR/PSL, PDR/IBNR e excedente técnico no montante total de R\$281.196 (R\$ 32.573 em 2021) em ativos de resseguros.

	31/12/2022	31/12/2021
Passivos Financeiros		
Obrigações, outras contas a pagar	60.526	69.912
Impostos, contribuições e encargos	43.285	24.399
Prêmios a restituir	52	53
Operações com resseguradoras	62.290	120.753
Corretores de seguros e resseguros	22.207	17.897
Outros débitos operacionais	4.892	6.232
Depósitos de terceiros	4.233	4.107
Provisões técnicas seguros (i)	451.740	162.592
Provisões judiciais	2.566	2.044
Débitos diversos	750	1.129
Total	649.225	409.118

(i) O montante de R\$451.740 (R\$154.120 em 2021) é referente a PSL, PPNG-RVNE, IBNER, IBNR, PDR/PSL, PDR/IBNR e excedente técnico, foi alocada na faixa a vencer em até 1 ano. **4.4. Gestão de risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado têm sobre os ganhos da Seguradora ou sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é mitigar e controlar as exposições a riscos de mercados tais como risco de taxa de juros e risco na taxa de câmbio, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, considerando-se que a natureza do próprio negócio, por envolver, em parte, a securitização de recebíveis em moeda estrangeira, representa um risco às variáveis de mercado. Os limites de risco de





★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

mercado são estabelecidos com base em política corporativa definida pelo grupo COFACE e aprovados localmente pelo Conselho de Administração. Diariamente a Administração monitora a performance das suas posições bem como acompanha, por meio de boletins dos seus bancos parceiros, quais as projeções de curto e longo prazo para as posições cambiais e de taxa de juros do mercado. Assim sendo, a exposição a riscos cambiais na forma de investimentos não é permitida, exceto quando na existência de passivo também na mesma moeda, o que de fato ocorre nas nossas operações. Esse tipo de operação tem por finalidade criar cobertura cambial a eventuais oscilações negativas. Sempre que existe uma necessidade renovada de aumento material das posições para efeito de cobertura cambial, a decisão é apresentada e aprovada pelo Conselho de Administração. No que tange a exposição ao risco de taxa de juros, busca-se alocar ativos financeiros em portfólios de baixo risco. Segundo a política de investimentos do grupo COFACE, não existem limitações quanto ao percentual investido em títulos do Governo Brasileiro. **4.4.1. Sensibilidade a taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros; (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) e (iii) taxa de câmbio em relação ao dólar americano em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Seguradora. As definições dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade são: a elevação ou redução de 20% na taxa Selic como também a elevação ou redução de 20% na variação cambial. O índice de rentabilidade que a Seguradora apurou nos seus saldos de investimentos financeiros são: fundo VIP Cambial 497.8% do CDI no exercício de 2022 (179,5% em 2021) e carteira administrada, composta por títulos públicos - LTN, LFT e NTN, 98,9% do CDI no exercício de 2022 (94,6% do CDI em 2021). A tabela abaixo demonstra os impactos nas aplicações financeiras em 2022 com relação à variação da taxa SELIC e do dólar:

Premissas	Aplicação financeira	Variação %	31/12/2022	
			Impacto no patrimônio	Líquido de impostos
Aumento do CDI	LFT - Letra financeira do tesouro	20% da Selic	3.328	1.997
Aumento do CDI	LTN - Letra do tesouro nacional	20% da Selic	817	490
Aumento do CDI	NTN - Nota do tesouro nacional	20% da Selic	961	577
Aumento do USD	Fundo VIP cambial	20% do dólar	(7)	(4)
Premissas	Aplicação financeira	Variação %	Impacto no patrimônio	Líquido de impostos
Redução do CDI	LFT - Letra financeira do tesouro	20% da Selic	(2.230)	(1.338)
Aumento do CDI	LTN - Letra do tesouro nacional	20% da Selic	(799)	(479)
Redução do CDI	NTN - Nota do tesouro nacional	20% da Selic	(91)	(55)
Redução do USD	Fundo VIP cambial	20% do dólar	7	4

4.5. Gestão de risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e em ativos financeiros. No que se refere a ativos financeiros, a Seguradora monitora o cumprimento da política de risco de crédito para garantir que os limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos. Esse monitoramento é realizado sobre os ativos financeiros, de forma individual e coletivo, que compartilham riscos similares e leva em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. Limites de risco de crédito são determinados com base no rating de crédito da contraparte para garantir que a exposição global ao risco de crédito seja gerenciada e controlada dentro das políticas estabelecidas. Os ativos financeiros são investidos (ou reinvestidos) somente em instituições financeiras com alta qualidade de rating de crédito, com rating mínimo de BBB, recomendadas por agências avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's. De acordo a política de investimentos, não existem limitações para investimentos em títulos públicos do governo brasileiro, entretanto, os mesmos devem ser evitados se possuírem vencimentos superiores a três anos. A exposição máxima de risco de crédito originado de prêmios a serem recebidos de segurados é substancialmente reduzida onde a cobertura de sinistros pode ser cancelada caso os pagamentos dos prêmios não sejam efetuados na data de vencimento. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora em 31 de dezembro de 2022 distribuídos por rating de crédito obtido junto a agência de rating Fitch Ratings. Os ativos classificados na categoria "Sem Rating" compreendem substancialmente valores a serem recebidos de segurados que não possuem ratings de crédito individuais.

Ativos financeiros/rating	31/12/2022	
	BB- Sem rating	Total
Disponíveis para a venda	179.112	179.112
Títulos do Tesouro Nacional - LFT/LTN/NTN (i)	179.112	179.112
Negociação	19.592	19.592
Fundo de Investimento Financeiro (ii)	19.592	19.592
Mantido até o vencimento	32.873	32.873
Time deposit (ii)	32.873	32.873
Caixa e bancos	11.325	11.325
Prêmios a receber de segurados	201.419	201.419
Total	242.902	242.902

(i) Classificado conforme risco país. (ii) Referente a aplicação atrelada à variação cambial.

Ativos financeiros/rating	31/12/2021	
	BB Sem rating	Total
Disponíveis para a venda	192.655	192.655
Títulos do Tesouro Nacional - LFT/NTN (i)	192.655	192.655
Negociação	8.264	8.264
Fundo de Investimento Financeiro (ii)	8.264	8.264
Mantido até o vencimento	23.373	23.373
Time deposit (ii)	23.373	23.373
Caixa e bancos	8.034	8.034
Prêmios a receber de segurados	156.698	156.698
Total	232.326	232.326

(i) Classificado conforme risco país. (ii) Referente a aplicação atrelada à variação cambial. **4.6. Gestão capital:** O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela SUSEP, além de otimizar retornos sobre capital para os acionistas. O capital mínimo requerido (CMR) para o funcionamento das seguradoras é constituído como o máximo, entre o capital base (montante fixo de capital) e um capital de risco (CR) baseado nos riscos de subscrição, crédito, operacional (valor variável) e de mercado. Este capital mínimo requerido visa garantir os riscos inerentes às operações. Nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores, as instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e a qualidade de cobertura do (CMR) deverá atender aos seguintes requisitos: a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do (CMR) serão cobertos por PLA de nível 1. b) no máximo 15% (quinze por cento) do (CMR) serão cobertos por PLA de nível 3. c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do (CMR) serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3. A Seguradora apura o capital de risco com base nos riscos de subscrição, crédito, mercado e operacional, como demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido	2022		2021	
	2022	2021	2022	2021
Ajustes contábeis	121.660	88.806	121.660	88.806
Ajustes associados a variação dos valores econômicos	(5.220)	(4.155)	(5.220)	(4.155)
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	29.760	18.028	29.760	18.028
Patrimônio líquido ajustado de (PLA)	136.935	94.744	136.935	94.744
Patrimônio líquido ajustado nível 1	113.185	81.680	113.185	81.680
Patrimônio líquido ajustado nível 2	29.760	18.028	29.760	18.028
Patrimônio líquido ajustado nível 3	3.255	2.971	3.255	2.971
Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(9.265)	(7.935)	(9.265)	(7.935)
Capital base (CB)	8.100	8.100	8.100	8.100
Capital de risco de crédito	13.706	3.957	13.706	3.957
Capital de risco de subscrição	35.375	21.910	35.375	21.910
Capital de risco de risco operacional	1.897	1.192	1.897	1.192
Capital de risco de mercado	5.228	2.544	5.228	2.544
Deflator em função da correlação entre os riscos	(8.705)	(3.475)	(8.705)	(3.475)
Capital de risco (CR)	47.501	26.128	47.501	26.128
Capital mínimo requerido (maior entre CB e CR)	47.501	26.128	47.501	26.128
Suficiência do PLA em relação ao CMR - R\$	89.434	68.616	89.434	68.616
PLA em relação ao CMR - %	288%	363%	288%	363%

O total de provisões técnicas líquida de resseguro foi apurado da seguinte forma:

Descrição	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
(+) Total das provisões técnicas	462.713	162.592
(-) PSL de resseguro - nota 7	(71.728)	(9.383)
(-) IBNR de resseguro - nota 7	(190.024)	(5.106)
(-) PDR de resseguro - nota 7	(1.470)	(575)
(-) PET de resseguro - nota 7	(4.137)	(3.985)
(-) Direito creditório	(36.225)	(24.757)
Total das provisões técnicas para garantia	159.129	118.786
Total das aplicações oferecidas para cobertura	231.577	224.293
Excesso de cobertura (suficiência)	72.448	105.507

4.7. Risco operacional: A Seguradora define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. A COFACE na França estruturou uma área global de *Risk Management* responsável por desenvolver procedimentos para mitigação dos riscos operacionais, como identificação de riscos, captura de incidentes e perdas, gestão das políticas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos e testes periódicos nos controles internos. Em nível local, o gestor de riscos, sob a supervisão do principal executivo da Seguradora, tem por objetivo implementar o programa de gestão de riscos, em conformidade com as normas locais e orientações da matriz, garantindo o cumprimento dos requerimentos das autoridades locais. A Auditoria Interna, como terceira linha independente, executa um plano de auditoria anual, recomendando melhorias, quando aplicáveis. Para melhorar o conhecimento dos riscos operacionais e os controles internos em todas as suas entidades, o grupo COFACE desenvolveu mundialmente um programa de Controles Internos, no sistema Enablon, aplicável à Seguradora, com o objetivo de alcançar: • Uniformidade dos controles entre as entidades, agregando sinergia entre as regiões e países. • Acurtamento acerca de riscos e controles, considerando que os controles são formalizados pela primeira e segunda linha no sistema Enablon. • Transparência do ambiente de controle e gestão de riscos, sendo formalizados as avaliações e planos de ação em sistema. O Grupo Coface implementou um sistema de controle e gerenciamento de risco baseado na governança transparente. O processo de gerenciamento de risco se aplica tanto ao nível estratégico e aos vários níveis operacionais necessários para a condução das atividades. Seu objetivo é identificar eventos potenciais que podem afetar negativamente o Grupo Coface e é usada para gerenciar riscos dentro dos limites e indicadores definidos em nosso "apetite de risco". A gestão dos controles internos da organização compreende o programa e os respectivos procedimentos que incluem as políticas estabelecidas pela Seguradora para ajudar a alcançar o seu objetivo de garantir, tanto quanto possível a adequação das políticas internas e legislação vigente, a salvaguarda dos seus ativos, a prevenção e detecção de lavagem de dinheiro, fraudes e erros e a correção e completeza dos registros contábeis. O procedimento de identificação de riscos é uma das mais importantes ferramentas do Programa de Controles Internos da Seguradora e tem o objetivo de identificar quais os riscos que podem afetar o desempenho dos respectivos processos para que então sejam implementados controles internos mais rígidos desenvolvidos para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos. Adicionalmente, o sistema de controle interno, liderado pelo Departamento de Risco do Grupo, é baseado em mapeamento de risco exaustivo de acordo com as cinco

5. APLICAÇÕES

Tipo	Disponível para a venda	Negociação	Mantido até o vencimento	Total
Títulos do Tesouro Nacional	-	76.660	102.453	179.113
Fundo investimento	19.591	-	-	19.591
Time deposit	-	-	32.873	32.873
Total	19.591	76.660	135.326	231.577

A totalidade das aplicações financeiras títulos públicos encontram-se vinculadas à SUSEP para cobertura das provisões técnicas. O ajuste a valor justo em 31 de dezembro de 2022 bruto de imposto de renda e contribuição social é de R\$(1.208) ((R\$423) em 31 de dezembro de 2021).

Movimentação de aplicações financeiras	Em 31 de dezembro de 2022		Em 31 de dezembro de 2021	
	Saldo das aplicações financeiras no início do exercício	Valor justo por meio do resultado	Saldo das aplicações financeiras no início do exercício	Valor justo por meio do resultado
Quota de fundo de investimento	224.293	149.843	224.293	149.843
(+) Aplicações	10.805	-	10.805	-
(+) Rendimento - nota 18g	522	605	522	605
Variação	11.327	605	11.327	605
Disponível para a venda				
Letras do tesouro nacional	50.376	-	50.376	-
(+) Aplicações	4.031	-	4.031	-
(+) Rendimento - nota 18g	(96)	-	(96)	-
(+/-) Ajuste ao valor justo	54.311	-	54.311	-
Variação				
Letras financeiras do tesouro nacional	93.569	97.726	93.569	97.726
(+) Aplicações	(194.952)	(40.319)	(194.952)	(40.319)
(-) Resgates	13.345	6.632	13.345	6.632
(+) Rendimento - nota 18g	14	144	14	144
(+/-) Ajuste ao valor justo	(88.024)	64.183	(88.024)	64.183
Variação				
Notas do tesouro nacional	20.000	-	20.000	-
(+) Aplicações	(1.324)	(6.046)	(1.324)	(6.046)
(-) Resgates	2.196	1.781	2.196	1.781
(+) Rendimento - nota 18g	(703)	(1.621)	(703)	(1.621)
(+/-) Ajuste ao valor justo	20.169	(5.886)	20.169	(5.886)
Variação				
Letras financeiras do tesouro nacional	32.983	35.106	32.983	35.106
(+) Aplicações	(22.273)	(20.734)	(22.273)	(20.734)
(-) Resgates	586	88	586	88
(+) Rendimento - nota 18g	(1.795)	1.088	(1.795)	1.088
(+/-) Variação cambial - nota 18g	9.501	15.548	9.501	15.548
Variação	231.577	224.293	231.577	224.293

Hierarquia do valor justo das aplicações financeiras: A divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo é realizada com base nos seguintes níveis:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** "inputs", exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** "inputs", para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	31/12/2022	31/12/2021
Nível 1	179.113	192.656
Disponível para venda	19.591	8.264
Negociação	159.522	184.392
Nível 2	32.873	23.373
Mantido até o vencimento	32.873	23.373
Total	231.577	224.293

Desempenho: A Administração mensura o desempenho da rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2022, o desempenho dos ativos financeiros que compõem a carteira de investimentos atingiu 12,24% no acumulado do exercício (5,41% em dezembro de 2021).

6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

	31/12/2022	31/12/2021
Composição		
Prêmios a receber de segurados (i)	203.077	158.250
Operações com resseguradoras	16.953	39.170
Total	220.030	197.420
Provisão para riscos de créditos sobre:		
Prêmios a receber de segurados	(1.658)	(1.552)
Operações com resseguradoras	-	(852)
Total	(1.658)	(2.404)
Total circulante e não circulante	218.372	195.016

principais categorias de risco identificadas, com foco nos riscos operacionais e de não conformidade. O sistema é organizado em um Programa de três níveis de Controles, sendo: *Controle de Nível 1* são controles atribuídos às linhas de negócios, com base em procedimentos de aplicação operacional, são os controles diários que todos devem praticar ao realizar suas respectivas tarefas. O *Controle de Nível 2* são os controles permanentes atribuídos a Gestão de Riscos ou "*Compliance*" a depender do risco, visando otimizar os processos e controles internos. O *Controle de Nível 3* são os controles periódicos atribuídos ao departamento de Auditorias Interna. **4.8. Risco legal e de "compliance":** A Seguradora considera como Risco Legal a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos. A Seguradora é obrigada a respeitar os princípios gerais relativos a sigilo comercial imposto na apólice. O risco de "*Compliance*" vai além do conhecido risco operacional, contemplando o risco legal, associado a sanções, perdas financeiras ou de reputação em razão de descumprimento de dispositivos legais - aplicação de leis, regulamentos, código de conduta e das boas práticas de mercado - e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. Tal risco também está associado a práticas inadequadas de combate à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo. Dentro do escopo do programa de "*compliance*", destacamos a utilização dentro de nossos processos internos de verificação de clientes, o uso de uma ferramenta que a partir da razão social da empresa (futuro segurado) e dos nomes, como controladores, administradores, procuradores, busca informações negativas em diversas bases de dados utilizadas mundialmente por instituições financeiras, os quais são constantemente atualizadas. A ferramenta contempla a busca de Pessoas Politicamente Expostas (PEPs), empresas e pessoas envolvidas com lavagem de dinheiro e fraudes, informações relacionadas a crimes como terrorismo, entre outros, conforme determina a legislação da SUSEP vigente. Somente após a passagem pelos filtros dos processos internos é que a empresa se torna um segurado ou tem seu contrato renovado. Para mitigar as perdas financeiras decorrentes de falhas no cumprimento de aplicação de normas, a área de "*Compliance*" adota controles no sentido de identificar novos normativos expedidos pelas autoridades regulatórias e acompanhar sua implementação dentro da Seguradora. Para a mitigação de risco legal, por meio da constituição do seu departamento Jurídico, a Seguradora revisa e aprova todos os contratos celebrados, além de gerenciar os processos judiciais, bem como redigir e controlar contratos de sigilo. Adicionalmente mantemos uma apólice de seguro de D&O - "*Directors and Officers*" a fim de nos proteger de eventuais ocorrências em que um risco se reverta em realidade. A Seguradora está primordialmente sujeita às disposições e regulamentações da SUSEP, assim como dos Governos Municipal, Estadual e Federal. Sendo uma Empresa que possui grande parte de seu capital pertencente a uma multinacional, deve se enquadrar dentro das exigências, desde que não contradigam os requerimentos locais, do Código de Seguros Francês, do Departamento do Tesouro do Ministério Francês das Finanças e da "Autorité des Contrôles Assurances et des Mutuelles", ou ACAM, autoridade de supervisão francesa de seguros. A SUSEP, como órgão independente de supervisão, determina que as entidades autorizadas cumpram todos os requisitos legais e regulamentares estabelecidas para o ramo de seguros que operam. Também é responsável por verificar que as seguradoras podem honrar seus compromissos junto a seus segurados a qualquer momento e que eles atendem as margens de solvência exigidas.

Sem vencimento	Em 31 de dezembro de 2022			Em 31 de dezembro de 2021				
	Acima 365 dias	Até 365 dias	Valor contábil/Valor justo	Custo atualizado	%	Valor contábil/Valor justo	Custo atualizado	%
-	76.660	102.453	179.113	180.321	77%	192.656	193.079	86%
19.591	-	-	19.591	19.591	9%	8.264	8.264	4%
-	-	32.873	32.873	32.873	14%	23.373	23.373	10%
19.591	76.660	135.326	231.577	232.785	100%	224.293	224.716	100%

Prêmios a vencer	31/12/2022		31/12/2021	
	Doméstico	Exportação	Doméstico	Exportação
De 1 a 30 dias	117.970	98.268	117.970	98.268
De 31 a 60 dias	10.290	9.212	10.290	9.212
De 61 a 120 dias	18.863	14.715	18.863	14.715
De 121 a 180 dias	14.750	12.259	14.750	12.259
De 181 a 365 dias	21.950	19.835	21.950	19.835
Superior a 365 dias	10.014	9.464	10.014	9.464
Prêmios vencidos	9.240	7.444	9.240	7.444
De 1 a 30 dias	6.378	5.224	6.378	5.224
De 31 a 60 dias	1.869	1.840	1.869	1.840
De 61 a 120 dias	155	120	155	120
De 121 a 180 dias	171	95	171	95
De 181 a 365 dias	-	-		



Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

CNPJ 07.644.868/0001-73

★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

a) Resultado das operações com resseguro (ganhos e perdas)

Descrição	Total Doméstico		Exportação		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas/(despesas) com resseguros	261.360	254.364	6.996	(6.195)	(6.195)	(6.195)
Recuperações de avisos e despesas de sinistros	80.022	73.739	6.283	(2.262)	(2.262)	(2.262)
Estimativa de ressarcidos sobre PSL	(1.131)	(1.109)	(22)	710	710	710
IBNeR sobre recuperação de sinistro	(3.300)	(3.254)	(46)	1.739	1.739	1.739
Provisão para despesas relacionadas sobre PSL e IBNR	851	826	25	(483)	(483)	(483)
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	184.918	184.162	756	(5.899)	(5.899)	(5.899)
Despesas com resseguros	(42.752)	(29.476)	(13.276)	(50.793)	(50.793)	(50.793)
Prêmios líquidos cedidos em resseguro	(40.161)	(25.167)	(14.994)	(46.789)	(46.789)	(46.789)
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)	1.501	-	1.501	1.313	1.313	1.313
Ressarcimento de resseguros	(6.874)	(6.810)	(64)	(4.769)	(4.769)	(4.769)
Outros	2.782	2.501	281	(548)	(548)	(548)
Resultado operacional de resseguros	218.608	224.888	(6.280)	(56.988)	(56.988)	(56.988)

b) Prêmios de resseguro - Carteiras: A Seguradora possui contrato de resseguro de excesso de danos. c) Percentual ressegurado O nível de cessão de riscos em resseguros atingiu o patamar de 14,73% da carteira no período analisado (23,81% em 31 de dezembro de 2021).

8. OUTROS CRÉDITOS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
	Adiantamento a funcionários	230
Créditos a receber - rateio nota 20 (c) e (e)	1.594	3.212
Total	1.824	3.433

9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
	IRPJ e CSLL - antecipações e restituições	12.974
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	3.255	2.971
Total	16.229	11.572

As constituições dos créditos tributários de prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias estão fundamentadas em estudo técnico que leva em consideração projeção de resultados, quando aplicável. Os créditos tributários oriundos de diferenças temporárias decorrem principalmente de provisões temporárias de despesas, ajustes de marcação a mercado das aplicações e demais provisões judiciais, ficando o prazo de sua realização condicionado ao prazo previsto da realização da despesa efetiva e/ou desfecho das ações em andamento.

10. OBRIGAÇÕES A PAGAR/OUTRAS CONTAS A PAGAR

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
	Dividendos a pagar	11.863
Gratificação, participação nos lucros e outros	4.504	4.183
Partes relacionadas - nota 20 (a), (d) e (e)	44.159	59.662
Total	60.526	69.912

11. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Aging	Total			Total	
	01 a 60	61 a 180	181 a 365	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios e emolumentos	4.233	-	-	4.233	4.107

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
	Imposto de renda	21.062
Contribuição social	13.048	7.834
COFINS	525	581
PIS	85	94
Outros - MTM	-	(169)
Total	34.720	19.419

13. PROVISÕES TÉCNICAS

a) Danos	Total		Exportação		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para prêmios não ganhos (PPNG) - nota 13b	132.863	110.206	22.657	107.156	107.156	107.156
Provisão de sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados - (PSL/IBNeR) - nota 13b	93.399	86.083	7.316	22.996	22.996	22.996
Sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) - nota 13b	200.239	197.843	2.396	12.765	12.765	12.765
Provisão de despesas relacionadas - PDR - nota 13b	2.625	2.135	490	1.366	1.366	1.366
Provisão com excedente técnico - PET - nota 13b	33.587	26.540	7.047	18.309	18.309	18.309
Total	462.713	422.807	39.906	162.592	162.592	162.592

b) Movimentação das principais provisões técnicas

Descrição	Consti- tuição		Reversão		Pagamento		Variação cambial		31/12/2022
	Ramo	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021		
Provisão prêmios não ganhos riscos vigentes e não vigentes (RVE e RVNE)	doméstico	87.706	217.781	(195.281)	-	-	-	110.206	
	exportação	19.450	48.164	(44.277)	-	(680)	-	22.657	
Provisão sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	doméstico	19.962	114.537	(19.333)	(29.083)	-	-	86.083	
	exportação	3.034	15.340	(6.083)	(4.774)	(201)	-	7.316	
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR (nota 22)	doméstico	11.277	189.455	(2.889)	-	-	-	197.843	
	exportação	1.488	1.317	(409)	-	-	-	2.396	
Provisão despesas relacionadas PDR	doméstico	1.085	8.616	(5.189)	(2.376)	-	-	2.136	
	exportação	281	791	(555)	-	(28)	-	489	
Provisão excedente técnico PET	doméstico	13.532	22.759	(1.242)	(8.509)	-	-	26.540	
	exportação	4.777	3.874	(444)	(1.164)	4	-	7.047	
Total		162.592	622.634	(275.702)	(45.906)	(905)	(905)	462.713	

Resseguro	Consti- tuição		Reversão		Pagamento		Variação cambial		31/12/2022
	Ramo	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021		
Provisão prêmios não ganhos riscos vigentes	doméstico	8.713	17.425	(17.426)	-	-	-	8.712	
	exportação	5.406	12.507	(11.005)	-	(1.056)	-	5.852	
Provisão sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	doméstico	8.874	78.181	(9.468)	(9.657)	-	-	67.930	
	exportação	509	10.648	(4.452)	(2.900)	(7)	-	3.798	
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR (nota 22)	doméstico	4.511	186.082	(1.919)	-	-	-	188.674	
	exportação	595	1.018	(263)	-	-	-	1.350	
Provisão despesas relacionadas PDR	doméstico	440	4.388	(2.480)	(1.043)	-	-	1.305	
	exportação	135	249	(203)	(5)	(11)	-	165	
Provisão excedente técnico PET	doméstico	2.982	920	(753)	-	-	-	3.149	
	exportação	1.003	348	(363)	-	-	-	988	
Total		33.168	311.765	(48.332)	(13.605)	(1.073)	(1.073)	281.923	

Bruto de resseguro

Descrição	Consti- tuição		Reversão		Pagamento		Variação cambial		31/12/2021
	Ramo	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020		
Provisão prêmios não ganhos riscos vigentes e não vigentes (RVE e RVNE)	doméstico	69.313	191.066	(172.673)	-	-	-	87.706	
	exportação	19.590	26.542	(27.759)	-	1.077	-	19.450	
Provisão sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	doméstico	23.118	25.660	(10.836)	(17.980)	-	-	19.962	
	exportação	8.736	4.060	(7.357)	(2.822)	417	-	3.034	
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	doméstico	18.122	3.663	(10.508)	-	-	-	11.277	
	exportação	3.882	1.351	(3.745)	-	-	-	1.488	
Provisão despesas relacionadas PDR	doméstico	1.646	2.458	(1.006)	(2.013)	-	-	1.085	
	exportação	353	783	(624)	(252)	21	-	281	
Provisão excedente técnico PET	doméstico	8.462	18.962	(6.458)	(7.434)	-	-	13.532	
	exportação	3.737	2.681	(733)	(912)	4	-	4.777	
Total		156.959	277.226	(241.699)	(31.413)	1.519	1.519	162.592	

Resseguro	Consti- tuição		Reversão		Pagamento		Variação cambial		31/12/2021
	Ramo	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020		
Provisão prêmios não ganhos riscos vigentes	doméstico	10.362	17.425	(19.074)	-	-	-	8.713	
	exportação	2.487	9.809	(6.847)	-	(43)	-	5.406	
Provisão sinistros a liquidar e sinistros ocorridos e não suficientemente avisados IBNER	doméstico	11.119	4.278	(1.734)	(4.789)	-	-	8.874	
	exportação	4.409	(322)	(2.860)	(927)	209	-	509	
Provisão sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	doméstico	9.063	1.895	(6.447)	-	-	-	4.511	
	exportação	1.941	674	(2.020)	-	-	-	595	
Provisão despesas relacionadas PDR	doméstico	818	116	246	(740)	-	-	440	
	exportação	175	215	(245)	(30)	20	-	135	
Provisão excedente técnico PET	doméstico	2.722	631	(371)	-	-	-	2.982	
	exportação	1.172	169	(338)	-	-	-	1.003	
Total		44.268	34.890	(39.690)	(6.486)	186	186	33.168	

c) Custo de aquisição diferido Bruto de resseguros

Custo de aquisição diferido	Consti- tuição		Reversão		Pagamento		Variação cambial		31/12/2022
	Ramo	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021		
Custo de aquisição diferido	doméstico	10.577	11.209	(8.017)	-	-	-	13.769	
	exportação	2.120	2.018	(1.592)	-	(84)	-	2.462	
Total		12.697	13.227	(9.609)	(84)	16.231	16.231	16.231	

Custo de aquisição diferido	Consti- tuição		Reversão		Pagamento		Variação cambial		31/12/2021
	Ramo	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020		
Custo de aquisição diferido	doméstico	8.521	4.606	(2.550)	-	-	-	10.577	
	exportação	2.058	1.143	(1.205)	-	124	-	2.120	
Total		10.579	5.749	(3.755)	124	12.697	12.697	12.697	

d) Desenvolvimento de sinistros: O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi avisado, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Sinistros brutos de resseguro

Montante estimado para o sinistro	Ano de aviso do sinistro						Total
	Até 2016	2017	2018	2019	2020	2021	
No ano do aviso	598.977	34.483	25.742	52.282	41.249	19.306	116.329
Um ano após o aviso	473.614	32.526	21.326	47.717	30.617	16.153	-
Dois anos após o aviso	456.293	32.439	20.610	46.554	28.186	-	-
Três anos após o aviso	448.739	32.465	20.606	47.528	-	-	-
Quatro anos após o aviso	446.476	32.569	19.948	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso	445.253	31.869	-	-	-	-	-

Montante estimado para o sinistro	Ano de aviso do sinistro						Total
	Até 2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Seis anos após o aviso	443.402	-	-	-	-	-	-
Estimativas dos sinistros	443.402	31.869	19.948	47.528	28.186	16.153	116.329
Incorporação SBCE	412	778	123	4.228	4.678	-	10.219
Oscilação cambial	(144)</						



★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31/12/2022	31/12/2021	Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes dos impostos e participações sobre o resultado	84.280	44.434	Coface Ibérica	–	163
Participação nos lucros - PLR	(505)	(472)	Coface Estados Unidos	–	636
Lucro antes das adições e exclusões	83.775	43.962	Total	1.808 (44.902)	26.933 (46.317)
Ajustes:			(a) A Seguradora mantém com a Cogerí S.A., empresa do grupo Coface, contrato para a prestação de serviços de análise e opinião de risco e monitoramento dos clientes dos seus segurados sediados no exterior que são atualizados por variação cambial, quando aplicável. (b) A Seguradora mantém com empresas do grupo Coface, contrato para a prestação de serviços de cobrança dos seus segurados junto a devedores no exterior, informados em provisão de despesas com sinistros. (c) A despesa total com remuneração aos Administradores, em 2022, atingiu o montante de R\$ 2.726 (R\$3.448 em 31 de dezembro de 2021) que compreende substancialmente a benefícios de curto prazo relacionados a pró-labore e gratificação por desempenho. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo e remuneração baseada em ações. (d) Coface América Latina é responsável pelo suporte nas análises de riscos da Seguradora que estão alocados na região latina, além de suporte para atividades de <i>Compliance</i> , estratégias comerciais e acompanhamento financeiro. Estes serviços têm como objetivo melhorar a governança e transparência da Seguradora. (e) Coface França desenvolve e dá suporte a aplicativos específicos ligados à área operacional e de negócio da Coface Brasil e complementarmente presta serviço direcionados a administração da Seguradora. (f) A Seguradora mantém contrato de Resseguro na modalidade de excesso de danos com a COFACE Re.		
Adições (exclusões) temporárias	711	2.550	21. NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS E REVISADAS		
Provisão devedores duvidosos	(745)	39	O CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis editou novas normas e modificações correlacionadas às IFRS novas e revisadas, conforme apresentadas abaixo: CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de <i>"hedge"</i> . A adoção inicial desse pronunciamento é para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024. O CPC emitiu um pronunciamento técnico CPC 50 equivalente ao IFRS 17 descrito a seguir: IFRS 17 - Contrato de Seguro: Este pronunciamento substitui o IFRS 4 - Contrato de Seguros, que define novos critérios de mensuração dos contratos de seguros. A adoção inicial desse pronunciamento é para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 (para as entidades supervisionadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM ou para empresas que reportam em IFRS, conforme IASB), essa norma foi objeto de normalização por parte do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 50 aguardando manifestação da SUSEP. A Seguradora ainda não concluiu suas análises sobre os impactos do referido normativo. Em decorrência do compromisso do CPC e da SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitidas e a serem emitidas com base nas normas novas e revisadas do IASB, é esperado um posicionamento da SUSEP até a data de sua aplicação obrigatória.		
Provisão para gratificação e PLR	542	1.049	22. EVENTOS SUBSEQUENTES		
Contingências e outros	914	1.462	Evento Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial: A Seguradora tem contratos de seguros cujos segurados possuem exposição ao risco das Americanas S.A. - Em Recuperação Judicial. A referida empresa protocolou pedido de recuperação judicial homologado em janeiro de 2023. Nesse contexto, a Seguradora efetuou as provisões cabíveis na data-base de 31 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 178.084, bruto de resseguro, com resultado líquido de resseguro no montante de R\$ 550 para o exercício findo nessa data.		
Adições (exclusões) permanentes	593	766			
Gratificações estatutárias	494	653			
Multas e brinde	99	113			
Lucro tributável	85.079	47.278			
Imposto de renda	(21.246)	(11.867)			
Incentivo fiscal - PAT	183	284			
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre adições temporárias	179	606			
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre prejuízo fiscal	–	(466)			
Total IRPJ	(20.884)	(11.443)			
Contribuição social	(13.048)	(8.155)			
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre adições temporárias	106	363			
Constituição/(realização) do crédito tributário sobre prejuízo fiscal	–	(280)			
Total CSSL	(12.942)	(8.072)			
Alíquota efetiva	40%	44%			

20. PARTES RELACIONADAS - VALORES LÍQUIDOS A RECEBER

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Coface do Brasil Serviços de Gerenciamento de Crédito Ltda. (c)	1.019	(399)	–	(4.519)
Cogerí (a)	–	(296)	–	(1.221)
Coface Debt Collection (b)	–	(344)	–	(241)
Coface América Latina (d)	–	(342)	1.711	(5.784)
Coface S.A. (e)	575	(43.521)	7.636	(21.083)
Coface Re (f)	214	–	17.443	(13.469)
Coface Itália	–	–	–	–
			1.541	1.541

Diretoria

Rosana Passos de Pádua
Rose do Amaral Cordeiro
Gilson Aparecido Silva Teixeira
João Luiz Rigobello de Oliveira
Patrícia Viviane Pires Tavares

Conselho de Administração

Marcele Lemos Ferreira
André Machado Caldeira
Salvador Antonio Pérsico

Contador e Atuário

Walter Nascimento de Borghonha
Contador CRC 1SP 217793/O-2
Cristina Cantanhede Blasotto Mano
Atuário Responsável Técnico - MIBA 900

Parecer dos Atuários Independentes

Aos Conselheiros e Diretores da
Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.
São Paulo - SP

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2022, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes

e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo

definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2023

Joel Garcia

Atuário MIBA 1131
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0001-55
R. Verbo Divino, nº 1400 - 04719-002
São Paulo - SP - Brasil

Anexo I

Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	31/12/2022
Total de provisões técnicas auditadas	462.713
Total de ativos de resseguro	281.923
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	8.354
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2022
Provisões Técnicas auditadas (a)	462.713
Valores redutores auditados (b)	303.583
Total a ser coberto (a - b)	159.130
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2022
Capital Base (a)	8.100
Capital de Risco (CR) (b)	47.501
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	47.501
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2022
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	136.935
Ajustes Econômicos do PLA	29.760
Exigência de Capital (CMR) (b)	47.501
Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)	89.434
Ativos Garantidores (d)	231.578
Total a ser Coberto (e)	159.130
Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	72.448
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2022
0748, 0860	275
0749, 0819	287

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Coface do Brasil Seguros de Crédito S.A. em

31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Provisão de IBNR - Empresa em recuperação judicial

Conforme descrito na nota explicativa nº 22 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022,

a Seguradora possuía contratos de seguros nos quais os segurados possuíam exposição ao risco junto à empresa do setor de varejo, cujo pedido de recuperação judicial foi protocolado em janeiro de 2023. A Seguradora procedeu o reconhecimento de provisões técnicas em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$178.084 mil, bruto de resseguro, com resultado líquido de resseguro de R\$550 mil no exercício findo nessa data. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audítores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Dario Ramos da Cunha

Contador

CRC nº 1 SP 214144/O-1

Deloitte



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>